



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Habitação

**CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
9ª. REUNIÃO ORDINÁRIA**

Data: 14/10/2008
Hora: 14h30
Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco "A", Auditório/Térreo– Brasília/DF

I - ENTIDADES INTEGRANTES DO CONSELHO

1 - Ministério das Cidades - MCIDADES:

Marcio Fortes de Almeida – Ministro de Estado das Cidades - Presidente do Conselho

Inês da Silva Magalhães – Secretária Nac. Habitação - Vice-Presidente do Conselho

Júnia Maria Barroso Santa Rosa – Secretária Nacional de Habitação - Substituta

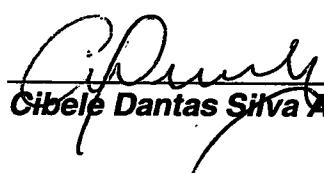
2 – Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT:

Alexandre Navarro Garcia – Titular



Cláudia Wirz Leite Sá - Suplente

3 – Ministério da Cultura - MinC:


Cibele Dantas Silva Arraes - Titular

Elder Vieira - Suplente

4 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS:

Frederico Campos Guanais de Aguiar - Titular


Marcus Vinícius da Costa Villarim - Suplente

5 – Ministério da Fazenda - MF:

Antônia Portela de Lima - Titular



Ézio de Luna Freire - Suplente

6 – Ministério da Integração Nacional - MI:

Frederico Guilherme Livino de Carvalho - Titular

Antônio Roberto Albuquerque Silva - Suplente

7 – Ministério do Meio Ambiente - MMA:

Silvano Silvério da Costa - Titular

Marcos Pellegrini Bandini
Marcos Pellegrini Bandini - Suplente

8 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP:

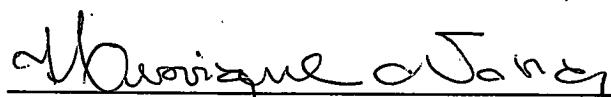
Jorge Luiz Maroni Dias - Titular



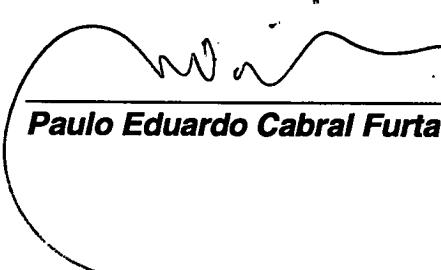
Igor Vinícius de Souza Geracy - Suplente

9 – Ministério da Saúde - MS:

Flávio Marcos Passos Gomes Jr. - Titular


Manoel Maria Henrique Nava Jr. - Suplente.

10 – Ministério do Trabalho e Emprego - MTE:


Paulo Eduardo Cabral Furtado - Titular

Antônio Góis de Oliveira - Suplente

11 – Caixa Econômica Federal - CEF:

Rogério de Santos Caldas - Titular



Valéria Soares Sette Brüggemann - Suplente

12 – Central de Movimentos Populares – CMP:

Benedito Roberto Barbosa - Titular

Usânia Maria Gomes - Suplente

13 – Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM:

Bartíria Perpétua Lima da Costa - Titular

Wilson Valério da Rosa Lopes - Suplente

14 – Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM:

Edymar Fernandes Cintra - Titular



Nivaldo Silva Santos - Suplente

15 – União Nacional por Moradia Popular – UNMP:

Evaniza Lopes Rodrigues - Titular

Marcos Cosmo da Silva - Suplente

16 – Confederação Nacional da Indústria – CNI:


Miguel da Silva Sastre - Titular

Maria Elizabeth Cacho do Nascimento - Suplente

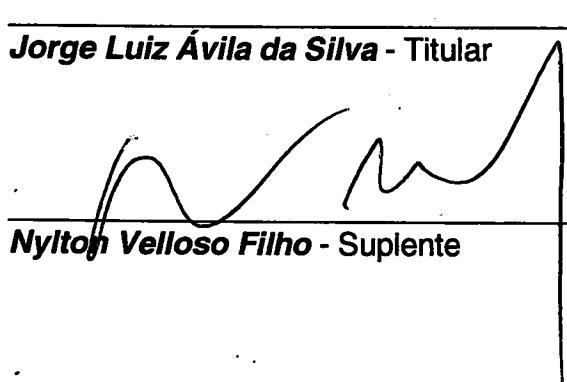
17 – Confederação Nacional do Comércio – CNC:

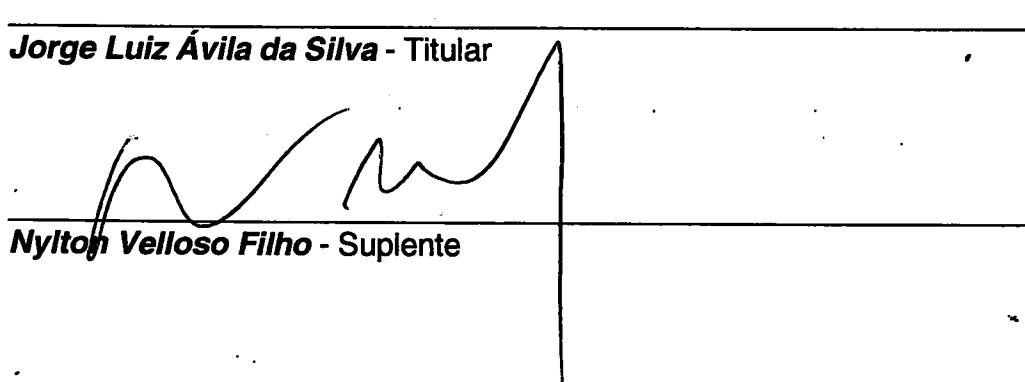
Marcos Augusto Netto – Titular




Luiz Antônio Cossio - Suplente

18 – Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF:


Jorge Luiz Ávila da Silva - Titular


Nilton Velloso Filho - Suplente

19 – Central Única dos Trabalhadores – CUT:


Waldemar Pires de Oliveira – Titular


Domingos Oliveira Davide - Suplente

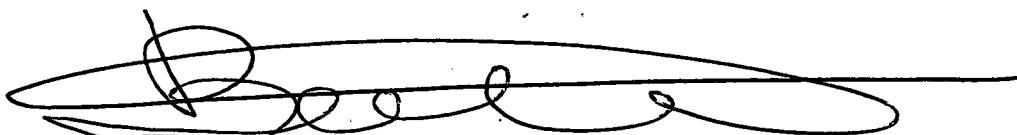
20 – Federação Interestadual de Sindicato de Engenheiros – FISENGE:


Ubiratan Félix Pereira dos Santos – Titular



Cláudia Júlio Ribeiro – Suplente

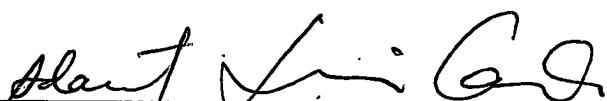
21 – Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas – FNA:



Berthelina Alves Costa - Titular

Jair Pedro Ferreira - Suplente

**22 – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano
– ANPUR:**

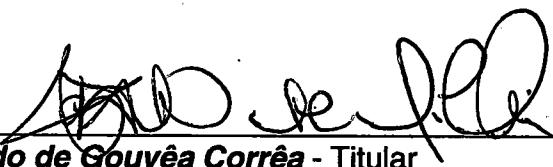


Adauto Lúcio Cardoso – Titular

Clóvis Ilgenfritz da Silva - Suplente



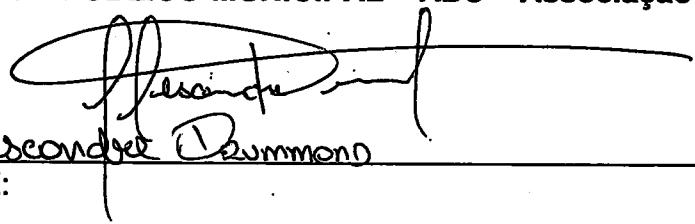
23 - Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião - FBR:


Ricardo de Gouvêa Corrêa - Titular

Teresa Hilda Bezerra de Souza Costa - Suplente

II - ENTIDADES CONVIDADAS

1) SETOR PÚBLICO MUNICIPAL – ABC – Associação Brasileira de COHABs


Alessandro Drummond
NOME:
CARGO: Consultor da ABC

2) SETOR PÚBLICO MUNICIPAL – CNM – Confederação Nacional de Municípios

NOME:
CARGO:

3) SETOR PÚBLICO MUNICIPAL – FNP – Frente Nacional de Prefeitos

NOME:
CARGO:



4) SETOR PÚBLICO ESTADUAL – GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Rosa de Fátima Soares de Souza

5) SETOR PÚBLICO ESTADUAL – GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Carlos Eduardo Xavier Marun – Secretário Estadual de Habitação/MS



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Habitação

CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 14/10/2008

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e oito, às quinze horas, na Esplanada dos Ministérios, Bloco "A", térreo, auditório, Brasília/DF, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Cidades, Marcio Fortes de Almeida, e na presença da Sra. Inês da Silva Magalhães e da Sra. Júnia Maria Barroso Santa Rosa, respectivamente titular e substituta da Secretaria Nacional de Habitação, e dos Conselheiros, Sra. Cibele Dantas Silva Arraes, pelo Ministério da Cultura – MinC; Sr. Marcus Vinícius da Costa Villarim, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Sr. Frederico Guilherme Livino de Carvalho, pelo Ministério da Integração Nacional – MI; Sr. Marcos Pellegrini Bandini, pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA; Sr. Manoel Maria Henrique Nava Jr., pelo Ministério da Saúde – MS; Sr. Paulo Eduardo Cabral Furtado, pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Sra. Valéria Soares Sette Brüggemann, pela Caixa Econômica Federal – CEF; Sra. Usania Maria Gomes, pela Central de Movimentos Populares – CMP; Sr. Wilson Valério da Rosa Lopes, pela Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM; Sra. Edymar Fernandes Cintra, pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM; Sr. Miguel da Silva Sastre, pela Confederação Nacional da Indústria – CNI; Sr. Luiz Antônio Cossio, pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; Sr. Nylton Velloso Filho, pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF; Sr. Waldemar Pires de Oliveira, pela Central Única dos Trabalhadores – CUT; Sr. Ubiratan Félix Pereira dos Santos; pela Federação Interestadual de Sindicato de Engenheiros – FISENGE; Sra. Berthelina Alves Costa, pela Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas – FNA; Sr. Adauto Lúcio Cardoso, pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano – ANPUR; e Sr. Ricardo de Gouvêa Corrêa, pela Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião – FBR, e contando ainda com a presença dos convidados, Sr. Alexandre Drummond, pela Associação Brasileira de Companhias de Habitação e Órgãos Assermelhados – ABC, representando o setor público municipal; e Sr. Carlos Eduardo Xavier Marun, representante do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul – Gov.MS, representando o setor público estadual, teve início a 9ª. (nona) reunião ordinária do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – CGFNHIS, secretariada pelo Sr. Nelson Teixeira da Silva, servidor da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades – SNH, destinada a apreciar a seguinte pauta: I – **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO:** 1) Ata da 8ª. Reunião Ordinária do Conselho Gestor do FNHIS, realizada em 16 de junho de 2008; e 2) Voto nº 007/2008/MCIDADES, de 29 de setembro de 2008, - Propõe o referendo da Resolução nº 20, de 17 de setembro de 2008, publicada ad referendum do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. II – **ASSUNTOS GERAIS:** 1) Informes SNH/MCIDADES; 1.1) Adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS – balanço; e 1.2) Execução orçamentária FNHIS – balanço. Verificado o quorum regimental, pelo Sr. Nelson Teixeira (SNH), o Sr. Presidente do Conselho, Ministro Marcio Fortes de Almeida, deu início à reunião anunciando a recondução e a designação dos novos Conselheiros, estendendo, em seguida, sua saudação a todos os presentes. 1) Ata da 8ª. Reunião Ordinária



50 do Conselho Gestor do FNHIS, realizada em 16 de junho de 2008 - Passando ao exame
51 dos primeiro item da pauta, o Sr. Presidente solicitou ao Sr. Nelson Teixeira (SNH) que
52 colocasse em apreciação a ata da 8ª. Reunião Ordinária. Dispensada a leitura da ata por todos
53 os presentes, e não havendo quaisquer observações, a mesma foi colocada em votação, sendo
54 aprovada por unanimidade. 2) Voto nº 007/2008/MCIDADES, de 29 de setembro de 2008, -
55 Propõe o referendo da Resolução nº 20, de 17 de setembro de 2008, publicada ad
56 referendum do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social –
57 Dando seqüência aos trabalhos, o Sr. Presidente mais uma vez solicitou ao Sr. Nelson
58 Teixeira (SNH) que procedesse ao relato da matéria. O Sr. Nelson Teixeira (SNH) iniciou seu
59 relato esclarecendo que o Voto tratava de um procedimento regimental, que objetivava
60 submeter ao referendo do colegiado a Resolução nº 20, de 17 de setembro de 2008, publicada
61 pelo Sr. Presidente do Conselho. A Resolução nº 20, de 2008, por sua vez, promoveu
62 alterações na ação de Produção Social da Moradia, integrante do Programa de Habitação de
63 Interesse Social, de forma a admitir a participação de fundações e federações de associações
64 de moradores. Esclareceu que tais entidades, embora vinculadas à provisão habitacional,
65 devido à natureza de suas respectivas constituições, não possuíam um quadro de associados,
66 condição prevista nas normas, o que inviabilizava a participação das referidas entidades no
67 programa. Citou como exemplo o caso da Fundação Bento Rubião e das federações
68 vinculadas a Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM. Citou ainda
69 que o tema foi objeto de debate em reunião do Conselho das Cidades. Encerrando seu relato,
70 o Sr. Nelson Teixeira (SNH) acrescentou que a publicação do ato, que naquele momento
71 desejava-se referendar, foi precedida de consulta-prévia aos Conselheiros, tal como facultado
72 regimentalmente, ocasião em que foi obtida margem significativa de Votos favoráveis à
73 medida. Feito relato, o Sr. Presidente submeteu à matéria os Srs. Conselheiros, em regime de
74 votação, tendo sido a mesma aprovada por todos os presentes, excetuando-se a Sra. Berthelina
75 Alves Costa, Conselheira representante da Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas –
76 FNA, que justificou seu Voto contrário pelo fato de as federações de trabalhadores, que não
77 possuem por objetivo social à provisão habitacional, não terem sido abrangidas pela medida
78 ora em apreciação. Em seguida, o Sr. Presidente fez registrar sua necessidade de ausentar-se,
79 momentaneamente, da reunião, passando a presidência dos trabalhos à Sra. Vice-Presidente
80 do Conselho, Inês Magalhães, Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades. II
81 – ASSUNTOS GERAIS: 1) Informes SNH/MCIDADES; 1.1) Adesão ao Sistema
82 Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS – balanço A Sra. Vice-Presidente, no
83 exercício da presidência, convidou a Sra. Júnia Maria Barroso Santa Rosa, Diretora do
84 Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica, da Secretaria
85 Nacional de Habitação, do Ministério das Cidades, a apresentar o balanço da adesão ao
86 SNHIS. A Sra. Júnia Santa Rosa (SNH) apresentou os números do balanço, destacando,
87 preliminarmente, o disposto na Resolução nº 15, do Conselho Gestor, que determinou que
88 estados, Distrito Federal e municípios com população acima de vinte mil habitantes ou
89 integrantes de regiões metropolitanas teriam até trinta e um de dezembro de dois mil e oito
90 para apresentarem lei de criação de conselho e fundo de habitação de interesse social. Já o
91 prazo para os municípios com população inferior a vinte mil habitantes e não integrantes de
92 regiões metropolitanas foi transferido para trinta e um de dezembro de dois mil e nove. Sobre
93 os Planos Locais de Habitação de Interesse Social, a Sra. Júnia Santa Rosa (SNH) afirmou
94 que todos os entes federados passaram a ter como prazo a data de trinta e um de dezembro de
95 dois mil e nove. Abordou a situação frente às exigências legais no tocante à criação de fundos,
96 conselhos e elaboração de planos, destacando os mil oitocentos e trinta e nove municípios
97 com contratos de repasse do FNHIS. Relatou que, do número mencionado de municípios, mil
98 trezentos e oitenta e quatro, o que corresponde a setenta e cinco por cento do total, estão
99 regulares, pois cumpriram, em tempo hábil, os compromissos previstos pelo Conselho Gestor,
100 no tocante ao processo de adesão ao SNHIS. Dando continuidade, a Sra. Júnia Santa Rosa
101 (SNH) mencionou as dificuldades que o processo de adesão ao SNHIS encontra em razão de



102 momento eleitoral, alegando, no entanto, que grande parte dos prefeitos está renovando seus
103 mandatos e já está ciente da necessidade de cumprimento dos requisitos exigidos pelo
104 Conselho Gestor para a obtenção de recursos do FNHIS. Prosseguiu afirmando que apenas
105 trinta e cinco por cento do total de municípios brasileiros encontram-se em situação regular
106 frente ao processo de adesão ao SNHIS, correspondente ao um mil, novecentos e quarenta e
107 seis municípios. Argumentou que caso os demais municípios queiram fazer uso dos recursos
108 do FNHIS, previstos para o ano de dois mil e nove, terão que cumprir com todo o conjunto de
109 requisitos de adesão ao SNHIS. Disse que o momento é preocupante porque praticamente
110 sessenta e cinco por cento dos municípios sequer apresentaram o Projeto de Lei para a criação
111 de Conselho e Fundo, embora tenham assinado o Termo de Adesão ao SNHIS. Apresentou o
112 balanço da aprovação das leis de criação de conselhos e fundos, demonstrando que apenas
113 seiscents e setenta e um municípios, o que corresponde a doze por cento do total de
114 municípios, em número de cinco mil, quinhentos e sessenta e quatro, obtiveram a aprovação
115 dos seus respectivos projetos de lei, em face de um conjunto de mil quatrocentos e noventa e
116 oito municípios que fizeram encaminhar às suas respectivas Câmaras seus projetos de lei.
117 Informou que a SNH já realizou oficinas de sensibilização e que haverá ações de ensino à
118 distância, que permitirá a capacitação de quatro mil trezentos e cinqüenta gestores municipais
119 e segmentos da sociedade civil organizada. A Sra. Júnia Santa Rosa comentou que o curso de
120 capacitação deverá atingir apenas os municípios que tomaram recursos com o Ministério das
121 Cidades para a elaboração do plano. Destacou a situação de elaboração dos planos como
122 sendo a mais estratégica, porém a mais preocupante, porque poucos entes federados já
123 contrataram as suas metodologias. Mencionou sobre a importância dos planos estaduais como
124 um incentivo à sensibilização dos municípios, argumentando que os próprios estados
125 deveriam ser o elo na qualificação de projetos em nível local. Disse que o esforço
126 desempenhado ao longo de um ano objetivou focar as questões do desenvolvimento
127 institucional, da assistência técnica e da questão fundiária, ou seja, os grandes eixos do
128 PLANHAB - Plano Nacional de Habitação. Declarou que haveria uma reunião com o grupo
129 de acompanhamento do PLANHAB, prevista para ocorrer na segunda semana de novembro.
130 Destacou ainda que a Secretaria Geral da Presidência da República já iniciou um curso de
131 capacitação dos Conselheiros em nível federal, e que uma ação articulada com o Conselho das
132 Cidades seria fundamental para que não houvesse segmentações das esferas municipais,
133 estaduais e federais. Ainda sobre o curso à distância, a Sra. Júnia Santa Rosa informou que a
134 primeira turma será formada em março, maio e junho do próximo ano, oportunidade em que
135 os municípios estarão elaborando seus respectivos planos. Reiterou a importância da
136 discussão deste Conselho para o levantamento da distribuição das vagas. Abordou que há um
137 conjunto representativo de centros regionais importantes com problemas habitacionais
138 evidentes e emergentes, e que não fizeram a solicitação para pedidos de recursos no apoio à
139 elaboração do plano. Na oportunidade, a Sra. Júnia Santa Rosa ressaltou que caso
140 permaneçam fixadas as diretrizes de aplicação dos recursos do FNHIS, no que tange à ação de
141 apoio à elaboração dos planos, fixadas pelo Anexo I da Resolução nº 13, de 15 de outubro de
142 2007, apenas serão repassados recursos para municípios com população abaixo de vinte mil
143 habitantes ou não integrantes de regiões metropolitanas, evidenciando uma flagrante
144 incompatibilidade entre as diretrizes de aplicação dos recursos e a atual norma de adesão ao
145 SNHIS, editada posteriormente. Anunciou, por fim, que a SNH trará este assunto para
146 deliberação na próxima reunião do Conselho Gestor. Feito o relato, a Sra. Presidente em
147 exercício concedeu a palavra ao Sr. Carlos Eduardo Xavier Marun, representante do Governo
148 do Estado de Mato Grosso do Sul, que, por sua vez, informou, como representante do poder
149 público estadual, que recebeu solicitações, tanto de Rondônia como do Rio Grande do Norte,
150 para a verificação da possibilidade de obtenção dos recursos do FNHIS para elaboração dos
151 seus respectivos planos locais de habitação de interesse social. Disse ainda, em concordância
152 com a exposição da Sra. Júnia Santa Rosa (SNH) a respeito da revisão da Resolução nº 13, de
153 2007, que, considerando o elevado número de municípios que ainda não havia elaborado os



154 seus planos locais de habitação de interesse social, era favorável que se fosse permitido o
155 acesso destes entes aos recursos do FNHIS. O Sr. Ubiratan Félix Pereira dos Santos
156 (FISENGE) expôs que havia uma situação de muita fragilidade nos municípios devido a uma
157 falta de capacidade técnica. Exemplificou o caso dos municípios do Estado da Bahia, onde
158 somente dez por cento, de um total de quatrocentos e quarenta e cinco municípios, possuem
159 engenheiros e arquitetos em seu quadro. Disse que o ideal seria descentralizar a capacitação,
160 trabalhando com grupos locais, o que não excluiria o fato de se ter capacitadores nacionais. O
161 importante, afirmou ainda, é que se conheça a realidade de cada município para que não se
162 lide com questões muito genéricas e abrangentes. Sugeriu que o Ministério das Cidades
163 formasse núcleos de capacitação regional para que se adaptassem os planos às realidades
164 locais. O Sr. Ubiratan Félix Pereira dos Santos (FISENGE) afirmou que os municípios tinham
165 muitas dificuldades e, portanto, não se poderia tratar do tema em questão com muita rigidez.
166 Apresentou um material elaborado pela sua instituição, FISENGE, e pela FNA (Federação
167 Nacional dos Arquitetos e Urbanistas), cujo objetivo era mostrar que os engenheiros e
168 arquitetos do Brasil estão mais concentrados nas regiões Sul e no Sudeste, bem como nas
169 grandes cidades. Dessa forma, os municípios menores sofrem com tal carência. Colocou que
170 estavam tentando realizar uma política urbana e, para tanto, sugeriu ao Ministério das Cidades
171 que preparasse um material semelhante a outro preparado no Estado da Bahia, denominado
172 “kit das cidades”, e que a idéia seria fazer com que os gestores públicos tivessem materiais
173 importantes para facilitar a capacitação dos agentes envolvidos com os municípios. A Sra.
174 Berthelina Alves Costa (FNA) afirmou que o Comitê Técnico de Habitação, vinculado ao
175 Conselho das Cidades, fará uma campanha semelhante divulgando a questão do Sistema
176 Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS e da elaboração dos planos locais de
177 habitação de interesse social. Ressaltou que todos deveriam pensar em núcleos regionais com
178 a participação das entidades. Propôs que aproveitassem as representações que a Caixa
179 Econômica Federal possui em cada município para a realização de oficinas, cursos de
180 capacitação, discutindo os benefícios que um plano habitacional pode oferecer. O Sr. Adauto
181 Lúcio Cardoso (ANPUR) argumentou que alguns limites mais sérios deveriam ser colocados
182 pelo Conselho Gestor e o ente federado que não cumprisse todos os requisitos da adesão ao
183 SNHIS não obteria recursos do FNHIS. Afirmou ainda que deveria haver maior controle
184 sobre tal questão. Ponderou, contudo, que não desejava assumir uma postura radical diante do
185 fato exposto pela SNH, que demonstrou baixo índice de cumprimento das obrigações
186 inerentes à adesão ao SNHIS, porém que o Conselho Gestor não deveria adotar qualquer
187 medida que alterasse, antecipadamente, os prazos por ele fixados. Afirmou entender
188 necessário discutir o papel dos estados para com os municípios que não possuem condições
189 técnicas. Para isso o Plano Habitacional dos Estados deveria ter um diagnóstico institucional
190 desses municípios. O Sr. Adauto Lúcio Cardoso (ANPUR) concluiu dizendo que aquele
191 momento era o momento dos Planos Estaduais. O Sr. Ricardo de Gouvêa Corrêa (FBR)
192 referiu-se a uma eventual flexibilização dos prazos e condições fixados pela Resolução nº 15,
193 de 19 de março de 2008, ponderando sobre a questão dos municípios que não se empenharam
194 em cumprir as obrigações inerentes à adesão ao SNHIS. Lembrou que muitos Prefeitos
195 estariam entrando e herdando o que seus antecessores fizeram ou não. Referiu-se ao Sr.
196 Conselheiro Adauto Lúcio Cardoso (ANPUR) concordando com seu posicionamento, isto é,
197 se forem sempre criados parâmetros para a flexibilidade do processo de adesão ao SNHIS
198 nunca haveria um sentimento de penalidade. Ponderou, assim, três tópicos importantes: os
199 recursos destinados à elaboração dos planos no ano vindouro; os recursos já aprovados para
200 os grandes municípios, bem como para os pequenos municípios; e a análise do peso dos
201 grandes e pequenos municípios no déficit habitacional do país. O Sr. Alexandre Drummond
202 (ABC) mencionou alguns pontos de ordem prática com relação à primeira data de trinta e um
203 de dezembro de dois mil e oito. Disse que as ações deveriam ser tomadas no sentido de cobrar
204 dos representantes de municípios com mais de vinte mil habitantes posturas mais voltadas aos
205 planos. Relatou que estava preocupado com os vários pontos a serem revistos, não apenas



206 pelo Ministério das Cidades, mas também dentro da política habitacional, quais sejam: o
207 Projeto de Lei nº 3057, a questão do PAC e a questão do FNHIS, que estava ficando no
208 âmbito dos gabinetes técnicos. Sugeriu uma agenda para que todos os assuntos fossem
209 pautados, de forma que se desse andamento igualitário. Seria válida uma coordenação das
210 políticas responsáveis por todos esses assuntos, os quais não deveriam ser deixados para o ano
211 seguinte. Concluiu que os municípios são carentes de mão-de-obra e também de políticas.
212 Solicitou que se trabalhasse com os novos gestores e com os que foram reeleitos. A Sra.
213 Edymar Fernandes Cintra (MNLM) expôs que gostaria que os planos estaduais fossem
214 monitorados e acompanhados mais de perto. Disse que seria mais fácil fazer um plano
215 estadual à luz da realidade regional e que era do conhecimento de todos que os estados
216 também tinham problemas. Afirmou que o ideal seria que se aglutinassem forças nos planos
217 estaduais para que se aperfeiçoasse recursos não apenas financeiros, mas materiais e
218 humanos. Defendeu a flexibilidade de normas, mas com limites. A Sra. Valéria Soares Sette
219 Brüggemann (CEF) disse que no planejamento da Caixa Econômica Federal já estaria
220 incluída a ação com os municípios, visando, principalmente, àqueles que já contrataram
221 recursos. Lembrou que, a partir de dois mil e nove, se os Projetos de Lei de criação dos
222 conselhos e fundos locais, referentes aos municípios de grande porte, não forem aprovados, as
223 obras do PAC poderão ser paralisadas. Concluiu que os prazos deveriam, sim, ser colocados,
224 mas tomando-se os cuidados necessários para a correta e boa aplicação dos recursos do
225 FNHIS. A Sra. Júnia Santa Rosa ponderou sobre as sugestões levantadas pelos Conselheiros,
226 afirmando que o atendimento dos pleitos de Rondônia e do Rio Grande do Norte, conforme
227 exposto pelo Sr. Carlos Marun (Gov.MS) seria muito importante. Sobre o que foi colocado
228 pelo Conselheiro Adauto Cardoso (ANPUR) comentou que achou a proposta interessante,
229 sobre a necessidade de se aguardar o vencimento dos prazos para que fossem tomadas as
230 medidas cabíveis. Com relação ao que foi dito pelo Sr. Ubiratan Félix (FISENGE) abordou
231 que a questão da centralização já foi discutida pelo Conselho, mas que era sempre oportuno
232 que se voltassem as discussões sobre a capacidade que o Ministério tem de atuar nos
233 municípios, criando núcleos regionais. Com respeito ao que foi abordado pela Sra. Edymar
234 Cintra (MNLM) argumentou que o Ministério não possuía condições de criar núcleos
235 regionais de qualquer natureza, no sentido físico da questão, mas que poderia apoiar, na
236 medida do possível, ações regionais para sensibilizações dos municípios. Com relação à
237 abordagem da Conselheira Berthelina Costa (FNA), afirmou que foram feitas propostas com a
238 Caixa Econômica Federal para disponibilização de espaços, equipamentos, entre outros, para
239 que houvesse maior sensibilização na ponta. A Sra. Júnia Santa Rosa (SNH) respondeu ao Sr.
240 Alexandre Drummond (ABC) sobre a questão das ações políticas dos municípios. Disse que
241 haverá um encontro com os novos prefeitos em novembro, mas que precisaria haver uma ação
242 também qualificada dos secretários estaduais, no que se refere à discussão do SNHIS e dos
243 planos. Apresentou os resultados da atuação do Ministério acerca do assunto em pauta:
244 oitocentos e vinte e um pedidos de repasse de recursos para elaboração de planos vieram dos
245 municípios com mais de vinte mil habitantes e quatrocentos e um pedidos dos municípios
246 com menos de vinte mil habitantes. Afirmou que há um resíduo de quarenta e sete por cento
247 daqueles com mais de vinte mil habitantes que ainda não haviam pleiteado recursos e que
248 nesses municípios encontram-se quase cinqüenta por cento da população brasileira.
249 Argumentou que caso seja feita uma análise por população moradora, mais de oitenta por
250 cento da população estaria no conjunto dos municípios com população acima de vinte mil,
251 pertencentes às regiões metropolitanas. Reforçou que deveria haver maior ponderação sobre
252 uma efetiva flexibilidades das normas em dois mil e nove, caso contrário haverá prejuízos
253 para municípios importantes, os quais ainda não concluíram seus planos. A Sra. Berthelina
254 Costa (FNA) declarou que na campanha de elaboração dos planos diretores as entidades
255 foram parceiras, o que proporcionou o sucesso da ação, pois os recursos transferidos eram por
256 questões pontuais, e não pelas entidades que lá estavam. Assim, várias questões foram
257 viabilizadas, senão a ação não seria possível nem com aqueles recursos. Disse ter a



258 consciência de que tais recursos não existiam mais, uma vez que já tinham sido alocados, mas
259 que tudo refletia uma política de governo. A discussão seria para se estruturar um trabalho
260 nacional porque não há instâncias estaduais e municipais, fato que dificulta as ações. A Sra.
261 Inês Magalhães, Presidente do Conselho em exercício, reafirmou o argumento da Sra.
262 Berthelina Costa (FNA), dizendo que o Governo Federal tomou o conjunto de ações,
263 considerando a política de estado proposta para aquele momento. Tais ações consideram os
264 recursos humanos, os recursos financeiros e o momento de sua elaboração. Colocou que, além
265 disso, deveriam ser agregados esforços outros que contemplam uma articulação e que, para
266 tanto, deveriam contar com uma participação mais efetiva das entidades. Lembrou que seria
267 essa outra etapa do Ministério e da Secretaria de Habitação, completamente distinta do
268 momento e da discussão dos Planos Diretores. Em relação ao que a Sra. Júnia Santa Rosa
269 (SNH) propôs referente às datas, argumentou que não estariam propondo, naquele momento, a
270 flexibilidade dos prazos, mas que se criasse um passo intermediário para a prorrogação das
271 datas. O Sr. Adauto Cardoso (ANPUR) afirmou que como as situações são diferentes,
272 deveriam ser consideradas diferentemente, e concluiu que para os entes federados que não
273 houvessem apresentado o Projeto de Lei de criação de conselho e fundo não deveria haver
274 flexibilidade e para os entes que tivessem obras contratadas poderia se pensar em alternativas.
275 A Sra. Júnia Santa Rosa (SNH) lembrou que vinte e cinco por cento dos municípios não
276 apresentaram Projeto de Lei de criação de conselho e fundo. Referiu-se ainda ao que a Sra.
277 Presidente em exercício expôs, dizendo que em primeiro de janeiro haverá o problema da
278 aprovação do Projeto de Lei de criação de conselho e fundo, nos casos dos municípios de
279 grande porte, momento em que haverá outra rodada de discussões. Reiterou a questão de
280 Rondônia e do Rio Grande do Norte, bem como a questão da possibilidade de os municípios
281 com mais de vinte mil habitantes também participarem da sistemática de seleção de dois mil e
282 nove. Com a devida vénia da Sra. Presidente em exercício, o Sr Nelson Teixeira (SNH)
283 afirmou que, em relação à questão de repasse de recursos para elaboração de planos, a partir
284 de dois mil e nove, nos casos de municípios com população acima de vinte mil habitantes ou
285 integrantes de regiões metropolitanas, afirmando que não existia uma compatibilização entre
286 as próprias normas do Conselho, uma vez que o teor da Resolução nº 13, de 2007, que fixa as
287 diretrizes de repasse de recursos referentes à ação de apoio à elaboração de planos, não
288 apresenta compatibilidade com a norma que fixa prazos e procedimentos relativos ao processo
289 de adesão ao SNHIS, editada posteriormente, isto é, a Resolução nº 15, de 2008. O Sr.
290 Ubiratan Félix (FISENGE) reiterou que, se não se pensar em termos de capacitação, a questão
291 nunca será resolvida. Destacou o exemplo da Rede Nacional de Capacitação e Extensão
292 Tecnológica em Saneamento Ambiental. Destacou ações importantes que poderiam ser feitas
293 pelo Ministério das Cidades, como enviar algum representante, mandar material, fazer
294 certificados e assiná-los, de modo a oferecer credibilidade ao processo de elaboração dos
295 planos. Exemplificou que o Sindicato dos Engenheiros iria providenciar uma cartilha de
296 saneamento, no sentido de afirmar que deveriam ser potencializados os cursos à distância. O
297 Sr. Carlos Marun (Gov.MS) afirmou que obra iniciada é obra iniciada, não podendo haver a
298 hipótese de paralisação. Argumentou que todas as questões mencionadas não poderiam inibir
299 o bom andamento das obras, salvo o não pagamento de contrapartida. Outra questão seria
300 sobre o papel dos estados. Afirmou que os Governadores de Estado são agentes políticos e
301 não querem atuar somente em determinados municípios. Foi com esse intuito que houve uma
302 reunião com várias entidades representativas do setor público, em vinte e cinco de fevereiro
303 do corrente ano, oportunidade em que foi encaminhada uma proposta ao Ministério das
304 Cidades, com o objetivo de contribuírem com o PLANHAB, e que tal proposta aborda a
305 distribuição de recursos do FNHIS, a qual contemplaria dez por cento por meio de
306 movimentos sociais, um terço por meio de municípios e um terço via parceria
307 estado/município. Justificou que os estados possuem capacidade técnica e financeira para
308 aportes de contrapartida. Argumentou que se, naquele momento, havia dificuldades com
309 algumas adesões, muito mais dificuldades teriam se não existisse o FNHIS. A Sra. Júnia Santa



310 Rosa (SNH) mencionou que houve, pelo menos, quatro reuniões dos estados, para as quais o
311 Ministério foi convidado, e que foi verificado que os estados estariam seguindo, única e
312 exclusivamente, a cartilha feita pelo Ministério das Cidades. Justificou que tal cartilha havia
313 sido feita para os municípios menores, com o intuito de se dar maior apoio técnico aos
314 mesmos. O Sr. Carlos Marun (Gov.MS) questionou sobre a questão do Estado do Rio Grande
315 do Norte e do Estado de Rondônia, indagando se seria apresentado Voto na próxima reunião
316 do Conselho, que permitiria, em dois mil e nove, o acesso dos referidos estados aos recursos
317 do FNHIS para a elaboração dos planos locais de habitação de interesse social. A Sra. Júnia
318 Santa Rosa afirmou que não só o caso dos estados citados, mas também dos municípios com
319 população superior a vinte mil habitantes e não integrantes de regiões metropolitanas estava
320 sendo estudado. Nesse instante, o Sr. Nelson Teixeira (SNH) anunciou o retorno do Senhor
321 Ministro de Estado das Cidades, Marcio Fortes de Almeida. Não havendo outras ponderações,
322 o Sr. Presidente passou ao último item da pauta. **II – ASSUNTOS GERAIS: 1.2) Execução**
323 **orçamentária FNHIS – balanço.** Para apresentar este item, foi convidada a Sra. Mirna
324 Quinderé Belmino Chaves, Diretora do Departamento de Urbanização de Assentamentos
325 Precários, da Secretaria Nacional de Habitação, do Ministério das Cidades, que, antes de
326 iniciar o balanço propriamente dito, falou a respeito da questão das obras. Expôs que a
327 Resolução nº 15, de 2007, restringe o desembolso para operação contratada com obra iniciada,
328 mas que o município não tenha cumprido os requisitos de apresentação do Projeto de Lei de
329 criação de conselho e fundo. Argumentou que havia o impacto nas operações que estavam em
330 andamento e, provavelmente, no ano vindouro o impacto será ainda mais forte. Quando é
331 preparada a relação de desembolso dos contratos, alguns não são incluídos em função dessa
332 restrição. Disse que, por intermédio do Departamento dirigido pela Sra. Júnia Santa Rosa,
333 foram realizadas ações pontuais, contratos com o tomador de recurso, mas que isso teria
334 impactado, sim, na execução das ações. Iniciou a apresentação do balanço, destacando a
335 seleção do ano de dois mil e seis. Foram quinhentos e vinte e um contratos, sendo que foram
336 atendidos os vinte e seis estados e um total de quatrocentos e cinqüenta e um municípios. O
337 valor repassado pelo FNHIS foi de novecentos e cinqüenta e três milhões de reais, gerando
338 um investimento de um bilhão, cento e noventa e oito milhões de reais, com a contrapartida.
339 Relatou que, até aquele momento, somente sete por cento dessas operações haviam sido
340 concluídas e que tal percentual se dá em relação ao valor. Setenta e quatro por cento das obras
341 já estavam iniciadas e ainda restavam quase vinte por cento de recursos para obras nem sequer
342 começadas. Disse que, no tocante à execução das obras, os Estados do Amapá e do Espírito
343 Santo estavam bem abaixo da média. Oitenta e um por cento do total do valor repassado no
344 exercício de dois mil e seis referia-se a obras concluídas, restando dezenove por cento ainda
345 por começar. Antes de passar para o orçamento do ano de dois mil e sete, a Sra. Mirna Chaves
346 (SNH) afirmou ter levado uma lista com a relação de todos os contratos, que seria
347 disponibilizada aos Conselheiros. Com relação ao ano de dois mil e sete, a Sra. Mirna Chaves
348 (SNH) abordou que já tinham um volume bem maior de operações e que eram mil quinhentos
349 e setenta e um contratos. Em dois mil e seis trabalharam apenas com a provisão nacional e a
350 urbanização, mas em dois mil e sete incluíram a assistência técnica, os planos de habitação de
351 interesse social, a produção habitacional e a urbanização. Destacou que as mil quinhentas e
352 setenta e uma operações envolviam um investimento de um bilhão, cento e sessenta e dois
353 milhões de reais. No entanto, havia mais da metade das operações na fase de ações
354 preparatórias, isto é, fase de projeto ou de comprovação de titularidade da área para a
355 obtenção da autorização de início. Treze por cento estavam em licitação e apenas trinta e
356 cinco por cento com obras iniciadas. Apresentou os números discriminados por Unidade da
357 Federação, demonstrando que o Estado do Amapá estava na última colocação, mas havia
358 Estados muito bem posicionados. Já em dois mil e oito, foram selecionados um mil
359 quatrocentas e setenta e sete propostas, envolvendo oitocentos e cinqüenta e três milhões de
360 reais provenientes do FNHIS. Declarou que a grande maioria ainda estava em ação
361 preparatória, uma vez que somente dez por cento estavam em obras. Destacou que, entre as



362 ações preparatórias, a maioria dos casos referia-se a projetos e à comprovação de titularidade
363 de área. A Sra. Mirna Chaves (SNH) comentou que a questão de dois mil e oito não era
364 preocupante, porque era relativamente nova, mas que se houvesse uma comparação com o
365 histórico de anos anteriores, perceber-se-ia que o andamento estava lento. Afirmando que a
366 Caixa Econômica Federal havia feito um grande esforço para dar apoio aos municípios,
367 entretanto ela também se via limitada, em virtude do volume de ações com as quais estava
368 trabalhando naquele momento. Prosseguiu afirmando que existia uma limitação de apoio aos
369 municípios e que, se não houvesse a iniciativa de eles próprios apresentarem a documentação
370 para a execução do plano, as ações não iriam avançar. O Ministério também tinha uma
371 capacidade de gestão ainda muito limitada, muito embora estivessem ingressando novos
372 engenheiros concursados. Expôs que estavam tentando qualificar melhor a gestão do
373 Ministério, fazendo acompanhamento das obras, com o intuito de apoiar os municípios e a
374 própria CEF no processo de alavancagem dessa execução. Na seqüência, a Sra. Mirna Chaves
375 (SNH) apresentou o calendário de seleção complementar de dois mil e oito, o qual foi
376 aprovado pela Instrução Normativa do Ministério nº 47, que inseriu as entidades privadas sem
377 fins lucrativos. Concluiu não haver qualquer impacto com respeito ao risco de se perder
378 orçamento ou mesmo de se perder empenho, em função desse novo calendário. A Sra. Mirna
379 Chaves finalizou sua exposição deixando à disposição dos Conselheiros a relação das
380 operações. O Sr. Carlos Marun (Gov.MS) afirmou que o Conselho Gestor também deveria
381 definir os pré-requisitos para a apresentação de carta-consulta. Se determinado município teria
382 que cumprir as obrigações de adesão ao SNHIS, isto deveria ser até mesmo um pré-requisito
383 para seleção. Debateu que a carta-consulta era “desburocratizada”, porém já havia contatado
384 um Prefeito para lhe informar que havia sido selecionado, e ele nem sabia, reforçando a idéia
385 de se estabelecer uma senha para acesso ao sistema de apresentação de carta-consulta do
386 Ministério das Cidades. Afirmando que o FNHIS poderia tentar buscar uma potencialização dos
387 seus recursos, trabalhando com um valor de contrapartida uniforme, citando, como exemplo,
388 o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH. Outro aspecto importante
389 seria prestigiar os governos estaduais que quisesse investir mais em habitação, destinando-se
390 uma faixa de recursos especificamente para eles. A Sra. Júnia Santa Rosa (SNH) argumentou
391 que a questão de indicadores de gestão estava na pauta do PLANHAB. Acrescentou que a
392 idéia é não restringir os indicadores de gestão apenas aos recursos do FNHIS, mas estender
393 também às outras fontes de recursos. A Sra. Mirna Chaves (SNH) abordou o tema da
394 distribuição de senhas digitais para os municípios ao longo do mês de janeiro, de forma que os
395 mesmos venham a participar, de forma segura, dos próximos processos de seleção de
396 propostas de repasse de recursos do FNHIS. Afirmando que muitos dos atrasos no início das
397 obras eram devidos ao fato de que os municípios afirmam, quando do preenchimento das
398 cartas-consulta, que possuem projeto, o que depois não se verifica. O Sr. Ricardo de Gouvêa
399 Corrêa (FBR) afirmou que, provavelmente, para obras executadas o índice deve ser de
400 quarenta por cento, ou algo abaixo de cinqüenta por cento. Disse que já se chega a três anos
401 de recursos disponibilizados, com menos de cinqüenta por cento de obras executadas.
402 Argumentou que esse fator deveria ser mais detalhado. Ponderou sobre a natureza dois
403 problemas que levam ao retardamento do início das obras, afirmando que precisaria haver um
404 levantamento detalhado, caso a caso, e apresentado ao Conselho, de forma a se preparar um
405 diagnóstico mais profundo e, a partir daí, estratégias mais eficazes. A Sra. Mirna Chaves
406 (SNH) interpôs que o Ministério das Cidades possui o detalhamento, especialmente de dois
407 mil e sete em diante, e que a CEF montou um sistema de monitoramento dessas questões. O
408 Sr. Ricardo de Gouvêa Corrêa (FBR) pediu para que na próxima reunião do Conselho este
409 detalhamento fosse apresentado. O Senhor Presidente, Ministro Marcio Fortes de Almeida,
410 dirigindo-se ao Conselheiro Ricardo Gouvêa, refletiu sobre o momento eleitoral, onde havia
411 Prefeitos que não seriam reeleitos e Prefeitos que não fariam sucessores e que, de certa forma,
412 nos próximos dois meses não haveria interesse desses Prefeitos em desenvolver qualquer ação
413 de investimento ou de natureza institucional. Ressaltou que tal quadro até poderia ser pior.

414 pois os que assumiriam não iriam querer realizar a obra dos anteriores, mas novas obras. A
415 Sra. Inês Magalhães, Secretária Nacional de Habitação e Vice-Presidente do Conselho,
416 comentou que o Conselheiro Ricardo de Gouvêa Corrêa (FBR) tinha razão ao solicitar o
417 detalhamento, sobretudo em relação às operações selecionadas a partir de dois mil e sete, ano
418 em que foi iniciado o PAC. Enfatizou que a idéia seria, progressivamente, disponibilizar tais
419 informações no sítio eletrônico denominado "Portal das Cidades". Lembrou que no sítio
420 eletrônico da Caixa Econômica Federal já se poderia verificar a situação de cada contrato.
421 Não havendo mais quem desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente indagou o Sr. Nelson
422 Teixeira (SNH) sobre a data prevista para a próxima reunião do Conselho. O Sr. Nelson
423 Teixeira (SNH) afirmou que última reunião do ano seria realizada antes do dia dezessete de
424 dezembro, sendo imediatamente alertado pelo Sr. Presidente que a reunião deveria ser
425 antecipada em razão da exígua agenda de todos os Conselheiros, fator comum no último mês
426 do exercício. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos,
427 dando por encerrada a reunião, às dezessete horas e quinze minutos, determinando ao
428 secretário da mesa a lavratura da presente ata.

429

430 Brasília, 14 de outubro de 2008.

431

432

433

434

Nelson Teixeira da Silva
Secretário

